



ACÓRDÃO Nº 769/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11686/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Responsável:** Elvis Lemos Martins (Ordenador de Despesa), Betanael da Silva Dangelo (Ordenador de Despesa)
- 4- **Órgão:** Instituto Municipal de Engenharia, Fiscalização, Segurança e Educação do Trânsito e Transporte de Manacapuru - IMTRANS
- 5- **Exercício:** 2017
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1233/2019-DMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Instituto Municipal de Engenharia, Fiscalização, Segurança e Educação do Trânsito e Transporte de Manacapuru - IMTRANS. Exercício de 2017.

Regularidade com ressalvas. Multa. Recomendação. Determinação. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual do **Instituto Municipal de Engenharia, Fiscalização, Segurança e Educação do Trânsito e Transporte de Manacapuru - Imtrans, exercício 2017**, sob responsabilidade do **Sr. Betanael da Silva D'Angelo** (01/01/2017 a 31/03/2017) e do **Sr. Elvis Lemos Martins** (01/04/2017 a 31/12/2017), nos termos do inciso II do art. 1º e do inciso II do art. 22, todos da Lei Estadual nº 2.423/96;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Betanael da Silva Dangelo** no valor de **R\$ 4.000,00** (quatro mil reais), nos termos do parágrafo único do art. 53 da Lei nº 2423/1996 c/c *caput* do art. 308 da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, valor atualizado pela Resolução nº 04 de 09/11/2018, em razão das restrições nºs 1.2.d, 1.3, 2.1.e, 2.2 consideradas não sanadas neste voto, que deve ser recolhido, no prazo de 30 dias, para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 -



ACÓRDÃO Nº 769/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Elvis Lemos Martins** no valor de **R\$ 3.000,00** (três mil reais), nos termos do parágrafo único do art. 53 da Lei nº 2423/1996 c/c *caput* do art. 308 da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, valor atualizado pela Resolução nº 04 de 09/11/2018, em razão das restrições nºs 1.1, 1.2.d, 1.3 consideradas não sanadas neste voto, que deve ser recolhido, no prazo de 30 dias, para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.
- 10.4. Recomendar** ao Instituto Municipal de Engenharia, Fiscalização, Segurança e Educação do Trânsito e Transporte de Manacapuru - Imtrans que:
- 10.4.1.** Cumpra a rigor os dispositivos da LC nº 101/2000, notadamente quanto ao limite de inscrição em restos a pagar não processados (restrição nº 1 constante no voto);
- 10.4.2.** Cumpra a rigor os dispositivos da Lei nº 8.666/93 e demais normas e legislação pertinentes quando da elaboração dos documentos que compõem os processos administrativos (restrições nºs 1.2 e 2.1 constantes no voto);
- 10.4.3.** Adote providências quanto à implantação e alimentação do sistema patrimonial no IMTRANS/MANACAPURU (restrições nºs 5, 6 e 7 do Relatório Conclusivo nº 54/2019-CI/DICAMI);
- 10.5. Recomendar** à Prefeitura Municipal de Manacapuru que o Instituto Municipal de Engenharia, Fiscalização, Segurança e Educação do Trânsito e Transporte de Manacapuru – IMTRANS/MANACAPURU seja fiscalizado pelo Controle Interno da Prefeitura Municipal de Manacapuru (restrição nº 2 do Relatório Conclusivo nº 54/2019-CI/DICAMI);



ACÓRDÃO Nº 769/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 10.6. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que adote as providências previstas nos artigos 161 e 162 da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM;
- 10.7. Arquivar** os autos nos termos regimentais, após o cumprimento dos itens acima.
- 11- Ata:** 26ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- Data da Sessão:** 13 de Agosto de 2019
- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.
- 14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral